

PRÁTICAS CONTÁBEIS E GERENCIAIS PARA SUSTENTABILIDADE: UMA ANÁLISE DOCUMENTAL DE CURRÍCULOS DE GESTÃO NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

ACCOUNTING AND MANAGERIAL EDUCATION FOR SUSTAINABILITY: A
DOCUMENTARY ANALYSIS OF MANAGEMENT CURRICULA IN BRAZILIAN
HIGHER EDUCATION

Recebido em: 29.10.2025
Aprovado em: 26.03.2026

Cleiton Almeida da Silva

Doutorando em Administração de Empresas pela Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Professor na Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (Fecap) e no Centro Universitário do

Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), em São Paulo.

E-mail: cleiton.almeida.ds@gmail.com

Érika Borges Ferreira

*Doutora em Controladoria, Finanças e Tecnologias de Gestão pela Universidade
Presbiteriana Mackenzie. Professora e coordenadora de Planejamento e Orçamento na
Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM), em São Paulo.*

E-mail: erika.ferreira@mackenzie.br

RESUMO

Este estudo busca investigar a presença de temas relacionados à mensuração, ao controle e à evidência para a sustentabilidade nos currículos de cursos superiores de contabilidade e gestão. O foco é avaliar em que medida a formação de futuros gestores contempla práticas contábeis e gerenciais capazes de apoiar decisões organizacionais sustentáveis. Adotou-se uma abordagem documental, analisando as ementas de 76 disciplinas relacionadas à sustentabilidade e a custos. Os dados foram tratados por meio de análise de conteúdo categorial temática, sob uma perspectiva interpretativista, e organizados em quatro categorias: (I) abordagens de sustentabilidade organizacional; (II) ferramentas de custeio e avaliação para sustentabilidade; (III) iniciativas de reporte para sustentabilidade; e (IV) normas de gestão para sustentabilidade. Os achados revelam que, embora haja menções aos temas, a abordagem é majoritariamente retórica. Nas disciplinas relacionadas à sustentabilidade predominam normas e relato externo, com limitada inserção de ferramentas de suporte à decisão e ao controle gerencial. Nas disciplinas de custos, conteúdos ligados à sustentabilidade são praticamente inexistentes. O estudo destaca a urgência de integrar sustentabilidade nos currículos de contabilidade e gestão transversalmente. Essa integração favorece a formação de profissionais aptos a responder às crescentes demandas de sustentabilidade e oferece uma oportunidade para educação contábil.

PALAVRAS-CHAVE

Sustentabilidade. Educação contábil. Gestão socioambiental.

ABSTRACT

This study investigates the presence of topics related to measurement, control, and disclosure for sustainability in the curricula of higher education programs in accounting and management. The focus is to assess the extent to which the preparation of future managers includes accounting and managerial

CLEITON ALMEIDA DA SILVA, ÉRIKA BORGES FERREIRA

practices capable of supporting sustainable organizational decision-making. A documentary approach was adopted, analyzing the syllabi of 76 courses related to sustainability and cost accounting. Data were treated through categorical thematic content analysis, under an interpretivist perspective, and organized into four categories: (I) organizational sustainability approaches; (II) costing and evaluation tools for sustainability; (III) sustainability reporting initiatives; and (IV) sustainability management standards. The findings reveal that although such topics are mentioned, the approach remains largely rhetorical. Courses on sustainability emphasize standards and external reporting, with limited inclusion of tools supporting managerial control and decision-making. In cost accounting courses, sustainability-related content is virtually absent. The study highlights the urgency of transversally integrating sustainability into accounting and management curricula. Such integration fosters the education of professionals capable of responding to growing sustainability demands and represents an opportunity for advancing accounting education.

KEYWORDS

Sustainability. Accounting education. Socio-environmental management.

INTRODUÇÃO

Os conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável têm adquirido crescente relevância nas políticas públicas, na gestão organizacional e, mais recentemente, no ensino superior. Nesse contexto, as Instituições de Ensino Superior (IES) assumem papel central na transição para uma sociedade sustentável, uma vez que sua missão envolve a formação de cidadãos críticos, conscientes e socialmente responsáveis. As pressões ambientais e sociais que desafiam o atual modelo de desenvolvimento reforçam a urgência de preparar profissionais comprometidos com práticas alinhadas aos princípios da sustentabilidade.

Em âmbito internacional, destaca-se o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4.7, da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), que estabelece

a meta de assegurar que todos os estudantes adquiram conhecimentos e competências necessários para promover o desenvolvimento sustentável. No Brasil, essa exigência encontra respaldo jurídico na *Lei nº 9.795* (1999), que determina a obrigatoriedade da educação ambiental de forma integrada a todos os níveis e modalidades de ensino.

Apesar desse cenário normativo e político favorável, estudos evidenciam a persistência de abordagens superficiais ou periféricas da sustentabilidade no ensino superior, além da limitada cooperação científica sobre o tema entre países lusófonos (Bizerril et al., 2018; Disterheft et al., 2013; Stough et al., 2018).

Dentre as competências-chave para o desenvolvimento sustentável no ensino superior, a cooperação interdisciplinar destaca-se como fundamental. A simples inserção de uma disciplina de sustentabilidade de forma isolada (inserção vertical), com conexão limitada às demais áreas do programa, pode não ser suficiente para promover uma integração efetiva (Barth et al., 2007; Raufflet, 2013).

Essa cooperação pressupõe a articulação entre diferentes campos do conhecimento, como as ciências sociais aplicadas, a ecologia e as ciências naturais, além da capacidade de compreender múltiplas perspectivas profissionais e colaborar na construção de uma base comum de conhecimento (Barth et al., 2007).

Nas disciplinas técnicas e quantitativas, a contabilidade exerce papel central ao traduzir os princípios da sustentabilidade em métricas físicas e monetárias. Esses artefatos viabilizam a mensuração, o controle e a evidenciação da sustentabilidade, apoiando decisões baseadas em informações qualificadas e confiáveis. Embora diversas ferramentas contábeis e gerenciais já se mostrem eficazes em decisões sustentáveis, sua incorporação aos currículos e à produção científica nacional ainda é limitada. Assim, este estudo investiga a presença de temas relacionados à mensuração, ao controle e à evidenciação da sustentabilidade em cursos de graduação e pós-graduação em gestão das principais universidades do país.

Formula-se, assim, a seguinte questão de pesquisa: **quais práticas contábeis e gerenciais associadas à sustentabilidade estão contempladas nos currículos oficiais de cursos de gestão no ensino superior brasileiro?**

CLEITON ALMEIDA DA SILVA, ÉRIKA BORGES FERREIRA

Ao mapear as práticas associadas à sustentabilidade nos currículos de graduação e pós-graduação, o estudo oferece subsídios analíticos que podem orientar revisões pedagógicas, apoiar políticas educacionais e fortalecer a integração transversal da sustentabilidade em disciplinas técnicas.

REFERENCIAL TEÓRICO

A agenda da sustentabilidade e a transformação das práticas contábeis

Há décadas, discutem-se os limites do desenvolvimento econômico e os impactos do modelo vigente sobre o meio ambiente e a desigualdade social. Consolidou-se, assim, a compreensão de que o crescimento deve ocorrer de forma sustentável e duradoura. Elkington (1997) definiu esse princípio no conceito de Triple Bottom Line (TBL), que propõe equilibrar as dimensões econômica, social e ambiental como novo paradigma dos negócios no século XXI. O autor também antecipou o surgimento de ferramentas para mensurar tais impactos e previu que, com o avanço tecnológico, as empresas operariam em um “ambiente de raio-X”, com cadeias de valor e ciclos de vida cada vez mais expostos ao escrutínio público.

O conceito de sustentabilidade, contudo, não é uniforme. Na prática, coexistem visões que variam desde abordagens mais limitadas, focadas no controle de danos e ganhos de eficiência – sustentabilidade fraca –, até perspectivas mais robustas, que entendem a sustentabilidade como a preservação dos estoques naturais e dos limites ecossistêmicos – sustentabilidade forte (Disterheft et al., 2013).

A sustentabilidade fraca deriva da percepção de que o bem-estar não depende de uma forma específica de capital e pode ser mantido pela substituição de capital natural por capital manufaturado, ainda que com exceções. Em contraste, a sustentabilidade forte reconhece que essa substitutibilidade é seriamente limitada por características ambientais como a irreversibilidade, a incerteza e a existência de componentes críticos do capital natural, que oferecem contribuição única ao bem-estar humano (Ekins et al., 2003; Schaltegger & Burritt, 2000).

Schaltegger & Burritt (2000) destacam que tanto a sustentabilidade fraca quanto a forte demandam a responsabilização das empresas perante acionistas e sociedade. Para os defensores da sustentabilidade forte, porém, a contabilidade permanece condicionada por pressupostos ideológicos e pela visão de que os seres humanos se distinguem da natureza e podem controlá-la racionalmente, o que limita sua capacidade de representar as interdependências socioambientais. Nesse sentido, os autores lembram que a sustentabilidade forte atua como um lembrete de que os gestores devem adotar uma perspectiva ampliada sobre o papel das organizações na sociedade.

Nesse cenário, as práticas contábeis e gerenciais assumem papel estratégico ao traduzirem os princípios da sustentabilidade em métricas físicas e monetárias, permitindo mensuração, controle e evidenciação com base em dados objetivos e informações qualificadas. De fato, como argumentam Iudícibus et al. (2005), a faceta prática da contabilidade é servir como instrumento de *accountability*, de avaliação da entidade e de seus gestores, da prestação de contas e como insumo básico para a tomada de decisões dos agentes econômicos, internos e externos.

O principal desafio, sob a ótica da sustentabilidade forte, é representar adequadamente os fluxos físicos e monetários envolvidos na transformação do capital natural (materiais, água e energia) em capital manufaturado (produtos e serviços). Parte desse capital se perde em resíduos e emissões, frequentemente invisíveis às práticas contábeis tradicionais.

Neste estudo, o termo “práticas contábeis e gerenciais” designa o conjunto de métodos e artefatos que, com base em dados físico-monetários, subsidia decisões, relatórios e a prestação de contas organizacional.

A literatura demonstra a aplicação eficaz de práticas contábeis e gerenciais voltadas à tomada de decisões sustentáveis pelos agentes internos em organizações de diferentes contextos (Bierer et al., 2015; Burritt et al., 2019; Kokubu et al., 2023; Mahmoudi et al., 2017; Rieckhof & Guenther, 2018; Tran & Herzig, 2021), o que demonstra que a prática contábil e gerencial passa por transformações, ainda que lentas, para incluir as necessidades atuais da sociedade.

CLEITON ALMEIDA DA SILVA, ÉRIKA BORGES FERREIRA

A discussão sobre a obsolescência e a necessidade de transformação das práticas contábeis e gerenciais não é recente. Há décadas, autores como Hopwood (1987) e Chua (1989) sustentam que a prática contábil deve ser compreendida como um fenômeno dinâmico e socialmente construído, sujeito a contínuas transformações decorrentes de mudanças tecnológicas, institucionais e organizacionais. Nessa perspectiva, as práticas contábeis não apenas refletem a realidade empresarial, mas também a influenciam, ao redefinirem pressupostos, valores e modos de agir nas organizações.

De modo convergente, Kaplan (1986) e Johnson e Kaplan (1987) criticam a estagnação das práticas contábeis e gerenciais, argumentando que os sistemas de custeio da época tornaram-se obsoletos diante das transformações produtivas e tecnológicas do século XX. Para esses autores, a contabilidade se afastou de sua função informacional e gerencial, restringindo-se a mensurar e controlar financeiramente, o que reduziu sua relevância para a tomada de decisão. Hopwood (1989) tensiona essa discussão ao sustentar que a contabilidade não é neutra, nem meramente técnica, mas um campo permeado por disputas sociais, econômicas e políticas, orientado por valores e intencionalidades.

Nesse sentido, a ênfase economicista e a limitação em mensurar impactos não financeiros podem se tornar entraves à evolução da prática contábil e gerencial. Maunders & Burritt (1991) já alertavam que, embora a informação contábil possa atender a práticas de reporte externo, ela apresenta falhas significativas do ponto de vista ecológico. Tais limitações dificilmente seriam superadas em uma lógica de sustentabilidade fraca, justamente pelas bases ideológicas que sustentam a contabilidade tradicional.

Ainda assim, nas últimas décadas, observa-se um avanço na incorporação da sustentabilidade às práticas contábeis, especialmente por meio da padronização de relatórios e do fortalecimento da prestação de contas voltada a usuários externos.

Na prática gerencial, esse avanço parece ocorrer mais lentamente. Wenzig et al. (2023), em estudo com 33 contadores gerenciais, observaram que o foco excessivo em prioridades financeiras limita a sustentabilidade a custos diretos. Além disso, os profissionais demonstram pouca disposição para aprender sobre o tema e raramente

questionam seu papel nesse contexto. Outros trabalhos igualmente destacam a importância de clarificar as distintas interpretações da contabilidade para sustentabilidade sob uma ótica gerencial (Schaltegger & Burritt, 2000).

Ao mesmo tempo, há uma lacuna significativa na produção científica sobre educação para sustentabilidade em periódicos nacionais de contabilidade (Rocha et al., 2022). Estudos recentes ressaltam a necessidade de aprimorar os currículos em contabilidade para a sustentabilidade e de alinhar a prática contábil aos ODS (Bebbington & Unerman, 2020; Cho & Costa, 2024; Kokubu et al., 2023; Silva & Nilipour, 2024).

Práticas contábeis como artefato de prestação de contas para a sustentabilidade

Por séculos, a contabilidade tem sido a principal ferramenta de prestação de contas das organizações. Mais recentemente, surgiram iniciativas que buscam integrar dimensões ambientais, sociais e de governança aos relatórios corporativos.

O Global Reporting Initiative (GRI), criado nos anos 1990 com o apoio do programa da ONU para o meio ambiente, consolidou-se como referência global para o relato de impactos econômicos, ambientais e sociais, por meio de um sistema modular composto por normas universais, setoriais e temáticas.

Outra iniciativa relevante é o Relato Integrado, proposto pelo International Integrated Reporting Council (Iirc) em 2010, que adota o conceito de valor e o pensamento integrado, considerando múltiplos capitais e horizontes de tempo.

Destaca-se ainda o Sustainability Accounting Standards Board (Sasb), criado em 2011, voltado ao desenvolvimento de padrões setoriais de divulgação de informações de sustentabilidade materialmente relevantes para investidores.

Apesar dos avanços, a multiplicidade de *frameworks* dificulta a comparabilidade e a padronização das informações. Para enfrentar esse desafio, criou-se em 2021 o International Sustainability Standards Board (ISSB), vinculado à *International Financial Reporting Standards Foundation* (IFRS), com o objetivo de harmonizar normas globais de reporte de sustentabilidade. O ISSB consolida iniciativas anteriores, como o Sasb e

CLEITON ALMEIDA DA SILVA, ÉRIKA BORGES FERREIRA

o Iirc, e dialoga com as práticas do GRI. A publicação dos padrões IFRS S1 e IFRS S2 representa um marco nesse processo, ao estabelecer requisitos internacionais para a divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade e às mudanças climáticas.

No Brasil, esses padrões são apresentados pelo Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS) e foram divulgados como CBPS 01 e CBPS 02. O objetivo geral desses pronunciamentos é exigir que a entidade divulgue informações sobre seus riscos e suas oportunidades relacionados à sustentabilidade e às mudanças climáticas que sejam úteis aos principais usuários de relatórios financeiros para fins gerais ao tomar decisões relacionadas ao fornecimento de recursos à entidade (CBPS, 2024a, 2024b).

Esses reportes ainda são majoritariamente retóricos e informativos, com foco na materialidade financeira e maior adesão entre grandes companhias. Flower (2015) critica especialmente o Iirc por adotar um conceito de valor voltado a investidores, sem exigir a divulgação de danos ambientais ou sociais que não afetem financeiramente a empresa. De forma semelhante, Pigatto et al. (2023) apontam que muitas organizações utilizam tais *frameworks* de modo simbólico, buscando legitimidade mais do que transparência. Assim, embora avancem em padronização, esses modelos ainda reproduzem uma lógica econômica associada à sustentabilidade fraca.

Práticas contábeis como artefato de gestão para sustentabilidade

Para que a sustentabilidade se concretize na prática, é necessário repensar as práticas contábeis e gerenciais, de modo que capturem e mensurem informações que orientem a gestão com base em métricas consistentes e metas efetivas. Nesse sentido, a Contabilidade da Gestão Ambiental (CGA), ou Environmental Management Accounting (EMA), destaca-se como paradigma consolidado por integrar informações físico-monetárias que apoiam decisões econômicas e ambientais.

De acordo com a *International Federation of Accountants* (Ifac, 2005), a CGA trata da gestão do desempenho ambiental e econômico por meio do desenvolvimento e da implementação de sistemas e práticas contábeis apropriados relacionados ao

meio ambiente. Normalmente, envolve a análise de custos do ciclo de vida, a contabilidade de custos totais, a avaliação de benefícios e o planejamento estratégico para a gestão ambiental.

Ao longo das últimas décadas, a pesquisa acadêmica tem se concentrado na criação de ferramentas de CGA voltadas ao apoio de decisões gerenciais em contextos específicos, especialmente quanto à avaliação, ao gerenciamento de custos e ao ciclo de vida de produtos (Bierer et al., 2015; Burritt et al., 2019; Kokubu et al., 2023; Mahmoudi et al., 2017; Rieckhof & Guenther, 2018; Schaltegger & Zvezdov, 2015; Tran & Herzig, 2021).

Burritt et al. (2019) apontam que a adoção da CGA nas organizações ocorre de forma incremental, adaptada às necessidades específicas e sem reconfigurar todo o sistema contábil. As empresas tendem a começar por contextos gerenciais de fácil mensuração, aplicando poucas ferramentas conforme seus objetivos e prazos. Em geral, o processo inicia-se pela coleta de dados físicos e pela avaliação de impactos ambientais de curto prazo.

Apesar desse avanço, a ausência de uma definição padronizada para custos ambientais representa um desafio, visto que tais custos podem englobar ampla gama de itens, como despesas com descarte, investimentos em prevenção, controle, tratamento, monitoramento, reparação de danos, gestão ambiental e, em alguns casos, até mesmo custos externos (Jasch, 2003; ONU, 2001).

Nesse sentido, a CGA oferece caminhos para padronizar a análise e a gestão desses custos, apoiando-se em ferramentas discutidas pela literatura recente, como a Avaliação do Ciclo de Vida (ACV), o Custeio por Ciclo de Vida (CCV) e a Contabilidade dos Custos de Fluxos de Materiais (CCFM). Tais artefatos vêm orientando decisões mais sustentáveis em organizações de diferentes portes, setores e regiões, com impactos significativos tanto econômicos quanto socioambientais (Bierer et al., 2015; Burritt et al., 2019; Kokubu et al., 2023; Schaltegger & Zvezdov, 2015).

Dentre essas ferramentas, a CCFM se destaca por quantificar os fluxos de materiais em unidades físicas e monetárias. Essa abordagem parte do princípio de que todos os materiais adquiridos por uma organização devem, em algum momento, deixar o sistema produtivo como produto ou resíduo (emissões atmosféricas, efluentes líquidos, resíduos

CLEITON ALMEIDA DA SILVA, ÉRIKA BORGES FERREIRA

sólidos, químicos etc.), (Associação Brasileira de Normas Técnicas [ABNT], 2013; *International Organization for Standardization* [ISO], 2011), sendo por isso frequentemente considerada um ponto de partida para a adoção de práticas de CGA (Christ & Burritt, 2015).

A CCFM também estabelece conexões entre o CCV e a ACV. Enquanto o CCV examina os impactos econômicos ao longo do ciclo de vida de um produto – considerando custos, receitas e fluxos de caixa – e a ACV avalia os impactos ambientais de produtos e processos, a CCFM complementa essas abordagens ao integrar informações físicas e monetárias, apoiando simultaneamente decisões econômicas e ambientais (Bierer et al., 2015).

Apesar de sua relevância, a literatura sobre CCFM tem avançado principalmente em periódicos não ligados à comunidade contábil, o que limita sua inserção no debate contábil acadêmico. Além disso, os estudos disponíveis concentram-se sobretudo na Europa e na Ásia, com poucas evidências de pesquisas desenvolvidas na América Latina e no Caribe (Rocha et al., 2024; Silva, 2024).

Embora essas ferramentas abordem de forma consistente os pilares econômico e ambiental da sustentabilidade, ainda carecem de métricas para avaliar dimensões sociais como equidade, saúde, segurança no trabalho, direitos humanos e diversidade. Torna-se, portanto, necessário ampliar a CGA para integrar indicadores sociais e consolidar uma contabilidade efetivamente voltada à sustentabilidade. Contudo, sua difusão depende de um processo formativo que as incorpore de modo estruturado aos currículos e às práticas de ensino.

Normalização e educação contábil e gerencial para a sustentabilidade

Nas últimas décadas, observa-se um esforço crescente de organismos internacionais e entidades normativas na consolidação de diretrizes que orientem a gestão organizacional rumo à sustentabilidade. A ISO tem desempenhado papel central nesse processo, desenvolvendo normas voltadas à gestão ambiental (família ISO 14000) e à responsabilidade social (ISO 26000). Muitas dessas normas foram traduzidas e adaptadas pela

PRÁTICAS CONTÁBEIS E GERENCIAIS PARA SUSTENTABILIDADE: UMA ANÁLISE DOCUMENTAL
DE CURRÍCULOS DE GESTÃO NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

ABNT, o que tem facilitado sua disseminação e aplicação no contexto nacional. Entre as mais relevantes, destacam-se: ISO ABNT 14001 (sistemas de gestão ambiental), 14040 (avaliação do ciclo de vida – princípios e estrutura), 14044 (avaliação do ciclo de vida – requisitos e diretrizes), 14051 (contabilidade dos custos de fluxos de materiais – arcabouço) e 14052 (contabilidade dos custos de fluxos de materiais – cadeias de suprimentos), essa última ainda sem tradução oficial pela ABNT. A normatização, ao oferecer diretrizes práticas e um arcabouço padronizado, sustenta o avanço da pesquisa e da educação gerencial. Nesse sentido, a publicação da ISO 14051, em 2011, marcou um ponto de inflexão para a CCFM, ao conferir legitimidade à ferramenta e impulsionar sua adoção prática e acadêmica (Christ & Burritt, 2016).

Apesar desses avanços, destaca-se a baixa disposição de profissionais da contabilidade em aprender sobre sustentabilidade (Wenzig et al., 2023), além da ausência de abordagens uniformes e a multiplicidade de conceitualizações do termo “sustentabilidade”, fatores que comprometem a consistência de práticas pedagógicas e a validade de pesquisas no ensino superior (Stough et al., 2018). Mais recentemente, Silva & Nilipour (2024), em um estudo local, observaram que a educação para sustentabilidade na área contábil permanece incipiente e desigual, sendo tratada de modo genérico e com baixa profundidade.

Raufflet (2013) sistematiza quatro estratégias de integração da sustentabilidade no ensino de gestão, adaptadas neste estudo em uma matriz, conforme a Tabela 1.

TABELA 1 – Matriz de integração curricular para sustentabilidade na educação gerencial

Matriz de integração curricular	Integração focalizada (instrumental)	Integração ampliada (sistêmica)
Escopo da inserção	Integração baseada na disciplina A sustentabilidade é acrescentada como uma dimensão em um corpo de conhecimento já consolidado, por exemplo, incorporando tópicos de sustentabilidade às disciplinas tradicionais de negócios, como contabilidade de custos.	Integração interdisciplinar e sistêmica A sustentabilidade é discutida a partir de desafios socioecológico-econômicos amplos, sob uma perspectiva interdisciplinar, ultrapassando a lógica de disciplinas isoladas.

CLEITON ALMEIDA DA SILVA, ÉRIKA BORGES FERREIRA

Matriz de integração curricular	Integração focalizada (instrumental)	Integração ampliada (sistêmica)
Abordagem pedagógica	Integração por aplicação Ferramentas e abordagens gerenciais específicas (por exemplo, métodos de custeio ou de avaliação de desempenho) são utilizadas com o objetivo de responder a desafios de sustentabilidade.	Integração baseada em estratégia/competitividade A sustentabilidade é vista como um potencial contributo para a vantagem competitiva da empresa.

Nota: Elaborada pelos autores com base em Raufflet (2013).

Essa discussão oferece o enquadramento teórico que orienta os procedimentos metodológicos, os quais buscam evidenciar, sobretudo, a predominância de uma integração focalizada – analisando a presença da sustentabilidade em disciplinas específicas de custos e a incorporação de ferramentas e abordagens contábil-gerenciais em disciplinas voltadas à sustentabilidade.

Como destacam Bizerril et al. (2018), é essencial adotar uma visão crítica e complexa sobre a sustentabilidade, revisitando os fundamentos pedagógicos da educação ambiental crítica. Nessa linha, Cho e Costa (2024) defendem a reformulação dos cursos de contabilidade e gestão, incorporando maior atenção aos sistemas ecológicos, à ética empresarial e aos valores socioambientais, com base em pedagogias inclusivas e construcionistas alinhadas aos ODS.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa baseia-se no modelo de camadas de pesquisa proposto por Saunders et al. (2019), adotando uma filosofia interpretativista e abordagem indutiva para compreender como a sustentabilidade é incorporada aos currículos de gestão, a partir da análise de ementas que revelam padrões, significados e lacunas formativas.

A escolha metodológica corresponde a um monométodo qualitativo cuja estratégia de investigação fundamenta-se em pesquisa documental. Para Bardin (2016), a análise documental é uma operação ou um conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente da original, a fim de facilitar sua consulta e referência.

Os procedimentos de coleta de dados envolveram a extração dos textos das ementas e, quando disponíveis, de suas respectivas bibliografias, abrangendo disciplinas, cursos e IES selecionadas para o estudo.

A escolha das instituições baseou-se nas três IES brasileiras mais bem posicionadas no *QS World University Rankings: América Latina & Caribe 2025* – Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), respectivamente. Tal seleção justifica-se por sua relevância acadêmica no cenário nacional, uma vez que atuam como referências na formação e contribuem para a definição de políticas educacionais e padrões curriculares no Brasil.

Os cursos selecionados foram Administração, Ciências Contábeis e Engenharia de Produção. A escolha desses cursos justifica-se por sua centralidade na formação de profissionais que atuam com mensuração, controle e evidenciação de processos de negócios.

As disciplinas selecionadas basearam-se em dois critérios:

- Grupo I – Disciplinas de custos: todas as disciplinas cujos títulos continham o radical “cust-”, considerando variações como “custo”, “custos”, “custeio” ou “custeamento”.
- Grupo II – Disciplinas de sustentabilidade: todas as disciplinas cujos títulos incluíam os radicais “sustent-” ou “ambient-”, bem como aquelas que continham explicitamente o termo “responsabilidade social”.

O Grupo I permite observar a integração apoiada na disciplina, uma vez que busca identificar se a sustentabilidade é incorporada como dimensão adicional no corpo de conhecimento específico da contabilidade de custos. O Grupo II, por sua vez, possibilita avaliar a integração por aplicação, verificando se ferramentas e abordagens técnicas ligadas à mensuração, ao controle e à evidenciação estão presentes em disciplinas cujo foco central é a sustentabilidade.

O horizonte temporal é transversal uma vez que os dados foram coletados em um único momento. A coleta ocorreu em maio de 2025, por meio dos *sites* institucionais: Janus e Júpiter no caso da USP; catálogo de cursos da Diretoria Acadêmica (DAC) no

CLEITON ALMEIDA DA SILVA, ÉRIKA BORGES FERREIRA

caso da Unicamp; Sistema de Gestão Acadêmica (Siga) para graduação e *websites* institucionais próprios dos programas de pós-graduação no caso da UFRJ.

Após a coleta inicial, foram identificadas 89 disciplinas, organizadas em planilha com variáveis como instituição, curso, nível, código, nome, ementa e referências. Após a depuração da base, permaneceram 76 disciplinas válidas, com exclusão de duplicidades (mesmo nome e conteúdo, ainda que com códigos distintos) e de ementas fora do escopo – como o uso de “ambiente” em sentido econômico.

Por fim, o procedimento de análise fundamentou-se na análise de conteúdo categorial temática. Segundo Bardin (2016), a análise de conteúdo constitui um conjunto de técnicas voltadas ao exame das comunicações, podendo empregar indicadores quantitativos ou não, desde que possibilitem a inferência de conhecimentos sobre as condições de produção e recepção das mensagens.

Os termos analisados foram definidos a partir da literatura e das principais referências que sustentam os eixos analíticos do estudo, sendo o registro realizado de forma binária – apenas presença ou ausência dos termos. Também foram considerados equivalentes em língua inglesa, dada a presença de referências nessa língua. As temáticas identificadas foram categorizadas em quatro eixos: (I) abordagens de sustentabilidade organizacional, (II) ferramentas de custeio e avaliação para sustentabilidade, (III) iniciativas de reporte para sustentabilidade e (IV) normas de gestão para sustentabilidade.

O processo foi operacionalizado no Microsoft Excel, por meio da função SUMPRODUCT, combinada com operadores lógicos e as funções ISNUMBER e SEARCH, para identificar a presença dos termos, conforme a Tabela 2, no conteúdo das ementas e referências.

Realizou-se um tratamento de falsos positivos para siglas visando à identificação dos casos em que as siglas estavam inseridas em contextos alheios ao escopo da pesquisa (por exemplo, “aGRicultura” como falso positivo para GRI).

PRÁTICAS CONTÁBEIS E GERENCIAIS PARA SUSTENTABILIDADE: UMA ANÁLISE DOCUMENTAL DE CURRÍCULOS DE GESTÃO NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

TABELA 2 – Eixos temáticos e termos buscados

Eixo temático	Termos buscados
Abordagens de sustentabilidade organizacional	responsabilidade social; responsabilidade ambiental; responsabilidade socioambiental; desenvolvimento sustentável; ambiental, social e governança; RSC; ASG; economia circular.
Normas de gestão para sustentabilidade	ISO 14000; ISO 14001; ISO 14040; ISO 14044; ISO 14051; ISO 14052; ISO 26000.
Iniciativas de reporte para sustentabilidade	relatórios de sustentabilidade; indicadores de sustentabilidade; índice de sustentabilidade; iniciativa de reporte global; balanço social; demonstração de impacto social; relato integrado; CBPS S1; CBPS S2.
Ferramentas de custeio e avaliação para sustentabilidade	análise do ciclo de vida; custeio por ciclo de vida; custos sociais; custos ambientais; custos socioambientais; contabilidade dos custos de fluxos de material.

Os dados foram analisados no próprio Microsoft Excel, por meio da construção e exploração de tabelas, com o objetivo de identificar padrões, frequências e distribuições temáticas. Essa configuração metodológica não tem a pretensão de oferecer resultados generalizáveis, mas de identificar indícios e lacunas que permitam problematizar a inserção da sustentabilidade na formação em gestão sob uma perspectiva interpretativa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Caracterização das disciplinas identificadas

Em termos institucionais, a USP concentra a maior parte das ocorrências (64%), seguida pela UFRJ (25%) e pela Unicamp (11%). Quanto ao nível de ensino, observa-se predominância da graduação, que representa 66% das disciplinas, enquanto os 34% restantes pertencem à pós-graduação.

No recorte por curso, nota-se um equilíbrio, e as Engenharias de Produção respondem por 36% das disciplinas analisadas, a maioria delas vinculada ao Grupo II (sustentabilidade). Em seguida, aparecem as Ciências Contábeis (34%), com maior representatividade no Grupo I (disciplinas de custos). Por fim, os cursos de Administração correspondem a 30% da amostra, quase integralmente concentrados no Grupo II (sustentabilidade).

CLEITON ALMEIDA DA SILVA, ÉRIKA BORGES FERREIRA

A inserção fragmentada da sustentabilidade nos currículos de gestão

As abordagens de sustentabilidade organizacional são as mais recorrentes nos currículos, sobretudo por meio de termos como desenvolvimento sustentável e responsabilidade socioambiental, conforme a Tabela 3. Os demais temas aparecem com frequência bem menor, sugerindo que os cursos mantêm uma ênfase institucional e normativa, pautada por discursos de conformidade e legitimidade. As ferramentas técnico-quantitativas, por sua vez, voltadas à mensuração e ao apoio à decisão gerencial, praticamente não aparecem, revelando uma lacuna importante na formação de competências gerenciais para sustentabilidade.

TABELA 3 – Quantidade de disciplinas que mencionam as temáticas

Eixo	Temáticas	Grupo I	Grupo II	Total	%
Abordagens de sustentabilidade organizacional	Desenvolvimento sustentável	0	33	33	43
	Responsabilidade socioambiental	0	24	24	32
	Economia circular	0	13	13	17
	Práticas ESG	0	8	8	11
Normas de gestão para sustentabilidade	Sistemas de gestão ambiental	0	13	13	17
	Análise/Avaliação do ciclo de vida	0	3	3	4
	Responsabilidade social	0	3	3	4
	Contabilidade dos custos de fluxos de material	0	0	0	0
Iniciativas de reporte para sustentabilidade	Relatórios de sustentabilidade	0	12	12	16
	Indicadores de sustentabilidade	0	12	12	16
	<i>Global Reporting Initiative (GRI)</i>	0	9	9	12
	Balanço social	0	6	6	8
	Relato integrado	0	5	5	7
	Informações financeiras*	0	4	4	5
Ferramentas de custeio e avaliação para sustentabilidade	Análise/Avaliação do ciclo de vida	0	11	11	14
	Custos socioambientais	0	4	4	5
	Custeio por ciclo de vida	1	0	1	1
	Contabilidade dos custos de fluxos de material	0	0	0	0

* Relacionadas à sustentabilidade e às mudanças climáticas.

Além disso, observa-se que as demais temáticas identificadas neste estudo tampouco se estendem às disciplinas de custos, o que reforça a necessidade de integração focalizada e instrumental da sustentabilidade nesses componentes curriculares, de modo a ampliar a conexão entre conhecimento técnico e responsabilidade socioambiental. Essa ausência reforça a distância entre a contabilidade ensinada e a contabilidade necessária a uma prática gerencial orientada à sustentabilidade, distância já apontada na literatura internacional (Hopwood, 1989; Schaltegger & Burritt, 2000; Wenzig et al., 2023) e sinaliza a urgência de atualização curricular e transformação radical da formação dos futuros profissionais da área (Cho & Costa, 2024; Silva & Nilipour, 2024).

Indícios de integração e persistência de lacunas nas ementas

Algumas experiências institucionais, ainda que pontuais, revelam movimentos de integração curricular, conforme demonstra a Tabela 4. Embora o foco ainda recaia sobre aspectos conceituais, normativos e de reporte, com pouca articulação a ferramentas de custeio e avaliação econômico-ambiental, essas iniciativas representam boas práticas que podem inspirar avanços semelhantes em outros contextos acadêmicos.

TABELA 4 – Distribuição de termos nas disciplinas identificadas

Disciplina*	Instituição – Unidade	Abordagens	Iniciativas de reporte	Ferramentas de custeio e avaliação	Normas de gestão
Contabilidade e Responsabilidade Social (RCC0114)	USP – FEA-RP (Graduação)	Desenvolvimento sustentável; Responsabilidade social; Responsabilidade socioambiental; RSC	Balanço social; GRI; Indicadores de sustentabilidade; Relato integrado; Relatórios de sustentabilidade;	–	–
Produção e Sustentabilidade (PRO3565)	USP – Poli (Graduação)	ASG; Desenvolvimento sustentável; Economia circular; Responsabilidade social; RSC	GRI; Indicadores de sustentabilidade; Relatórios de sustentabilidade	–	–

CLEITON ALMEIDA DA SILVA, ÉRIKA BORGES FERREIRA

Disciplina*	Instituição – Unidade	Abordagens	Iniciativas de reporte	Ferramentas de custeio e avaliação	Normas de gestão
Relato Integrado e Sustentabilidade (EAC0558)	USP – FEA (Graduação)	Desenvolvimento sustentável; ESG	Balanço social; GRI; Índice de sustentabilidade empresarial; Relato integrado; Relatórios de sustentabilidade	ACV	–
Adequação Ambiental de Empresas II: Sistemas e Programas (SEP0359)	USP – EESC (Graduação)	Economia circular; Responsabilidade social	GRI	ACV	ISO 14001; ISO 14040; ISO 14044; ISO 26000
Meio Ambiente e Sustentabilidade (RAD2212)	USP – FEA-RP (Graduação)	ASG; Desenvolvimento sustentável; Responsabilidade social	Indicadores de sustentabilidade; Índice de sustentabilidade empresarial	–	ISO 14000; ISO 14001
Sociedade, Meio Ambiente e Ciências Contábeis (Código não disponível)	UFRJ – FACC (Pós-graduação)	Responsabilidade social	Balanço social; Demonstração de impacto social; GRI; Relatórios de sustentabilidade; Relatórios Socioambientais	–	ISO 14000
Sustentabilidade e Organizações (PRO5972)	USP-POLI (Pós-graduação)	ASG; Desenvolvimento sustentável; Economia circular; Responsabilidade social; RSC	Custo social	–	–
Sustentabilidade e Estratégia (ACA073)	UFRJ – FACC (Graduação)	ASG; Desenvolvimento sustentável; Economia circular; Responsabilidade social;	Relatórios de sustentabilidade	ACV	–

PRÁTICAS CONTÁBEIS E GERENCIAIS PARA SUSTENTABILIDADE: UMA ANÁLISE DOCUMENTAL
DE CURRÍCULOS DE GESTÃO NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

Disciplina*	Instituição – Unidade	Abordagens	Iniciativas de reporte	Ferramentas de custeio e avaliação	Normas de gestão
Gestão Estratégica e Inovação para Sustentabilidade (EAD5887)	USP – FEA (Pós-graduação)	ASG; Desenvolvimento sustentável; Economia circular	Relatórios de sustentabilidade; Indicadores de sustentabilidade	ACV	–

* Apenas disciplinas em destaque (mais de cinco termos presentes na ementa).

Apesar da ampla aplicação internacional de ferramentas, como o CCV e a CCFM, apenas a ACV aparece nas ementas oficiais analisadas. Essa ausência evidencia o distanciamento entre a academia e as práticas contemporâneas de mensuração e gestão para sustentabilidade. Ao priorizar conteúdos normativos em detrimento de instrumentos aplicados, a formação contábil tende a preparar profissionais para o reporte formal, mas não para integrar efetivamente a sustentabilidade às decisões organizacionais.

No conjunto, destaca-se a disciplina “Gestão Estratégica de Custos/CMS e ABC”, da USP – FEA (pós-graduação), por ser a única a evidenciar a integração com uma ferramenta de custeio (CCV) relacionada à literatura em CGA. Também merece destaque a disciplina “Relatórios de Sustentabilidade nos Modelos do ISSB/CBPS”, da USP – FEA (Graduação), por ser a única a contemplar as novas normas de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade e as Divulgações Financeiras Relacionadas ao Clima.

Essas iniciativas, embora relevantes, ainda refletem integração focalizada, marcada por inserções pontuais e instrumentais da sustentabilidade em disciplinas isoladas (Raufflet, 2013). Falta-lhes o caráter transversal e interdisciplinar que configuraria uma integração sistêmica. Assim, conforme destacam Cho & Costa (2024), o ensino de contabilidade e gestão segue uma lógica incremental, distante da transformação curricular necessária à consolidação de uma formação crítica e sustentável.

CLEITON ALMEIDA DA SILVA, ÉRIKA BORGES FERREIRA

Reconceitualizar as práticas contábeis e gerenciais na educação para sustentabilidade

Os resultados indicam que a sustentabilidade ainda é discutida de forma periférica e retórica nos currículos analisados, centrada em normas, reporte e legitimidade. Tal limitação reflete uma visão restrita das práticas contábeis e gerenciais, tratadas como instrumentos neutros de reporte, e não como construções sociais carregadas de influência econômica e informação capaz de orientar a ação organizacional.

Como sugere Chua (1989), um desenvolvimento radical no pensamento contábil exige reconhecer que as práticas contábeis não apenas registram a realidade, mas participam de sua produção. Nessa mesma direção, Hopwood (1989) argumenta que elas estão imersas na busca de interesses sociais e econômicos e, portanto, refletem relações de poder e disputas de significado. Ao definirem o que é relevante e mensurável, as práticas contábeis constroem os próprios critérios de valor que orientam as decisões organizacionais.

Essa lógica se manifesta de modo emblemático nas normas IFRS S1 e S2, cuja ampla repercussão internacional ilustra a força das práticas contábeis voltadas ao mercado financeiro. Ao priorizarem a materialidade financeira e o atendimento às demandas informacionais de investidores, essas normas reforçam uma racionalidade de mercado que, embora contribua para a transparência e a comparabilidade global, mantém o foco nos interesses do capital (Flower, 2015; Pigatto et al., 2023).

Reconceitualizar as práticas contábeis e gerenciais na formação universitária requer uma mudança ontológica que permita incorporar a lógica da sustentabilidade forte à educação contábil (Bebbington & Gray, 2001; Bebbington & Unerman, 2020).

Como antecipava Elkington (1997), o desafio atual das organizações é gerar valor de forma equilibrada nas dimensões econômica, social e ambiental. Formar gestores e contadores alinhados a essa visão implica desenvolver competências para integrar capitais natural, humano e manufaturado nas decisões. Johnson e Kaplan (1987) já advertiam sobre a perda de relevância da informação contábil para a gestão – diagnóstico que persiste sob novas pressões socioambientais. A integração entre contabilidade gerencial e sustentabilidade pode, hoje, representar a oportunidade de recuperar essa relevância,

articulando controle econômico e responsabilidade ecológica e social. Nesse sentido, Maunders e Burritt (1991) lembram que o futuro da contabilidade depende menos de previsões deterministas e mais da capacidade dos profissionais de responder aos desafios ambientais e sociais de seu tempo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados revelam que a sustentabilidade permanece tratada de forma superficial nos currículos analisados, restrita a abordagens discursivas e normativas, sem conexão efetiva com instrumentos de mensuração e controle gerencial. Essa lacuna expõe um desalinhamento entre o avanço teórico e normativo da contabilidade para sustentabilidade e sua incorporação na formação profissional, indicando que a educação contábil e gerencial ainda não prepara plenamente os futuros gestores para integrar dimensões físico-monetárias e socioambientais às decisões organizacionais.

No contexto das políticas públicas de educação ambiental, especialmente à luz do ODS 4.7 e da *Lei nº 9.795* (1999), torna-se urgente uma revisão estrutural dos projetos pedagógicos.

Repensar a educação contábil e gerencial para sustentabilidade é refletir sobre a sociedade que desejamos formar e o papel que a formação técnica e ética dos novos contadores e gestores desempenha na construção do futuro. Como refletem Iudícibus et al. (2005), prognosticar o que a contabilidade possa vir a ser é querer prever o que a própria sociedade será.

Nesse sentido, este estudo apresenta limitações decorrentes de seu delineamento metodológico. A análise esteve restrita às ementas e referências disponibilizadas nos sistemas acadêmicos das instituições, não contemplando o conteúdo efetivamente ministrado em sala de aula, tampouco as estratégias didático-pedagógicas, adotadas pelos docentes, ou os materiais complementares eventualmente utilizados. Ademais, ao circunscrever a investigação às principais universidades do país, que são públicas, a amostra não possibilita verificar se a mesma configuração se reproduz no âmbito das instituições privadas de ensino superior. Ressalte-se, ainda, que

CLEITON ALMEIDA DA SILVA, ÉRIKA BORGES FERREIRA

disciplinas correlatas, como Contabilidade Gerencial e Controladoria, não foram incluídas na análise, embora possam igualmente contemplar temáticas associadas à sustentabilidade.

Diante disso, sugere-se que pesquisas futuras avancem na análise qualitativa dos currículos ou, possivelmente, no levantamento das oportunidades, barreiras e limitações para integração de temas de mensuração, controle e evidenciação para sustentabilidade nos currículos, incorporando métodos como entrevistas com docentes e a aplicação de questionários a discentes.

Ferramentas de inteligência artificial foram utilizadas de forma ética e restrita a atividades de apoio técnico na preparação deste manuscrito. O modelo ChatGPT (OpenAI, 2025) foi empregado para revisão gramatical, aprimoramento da fluidez e coerência textual, bem como no auxílio ao tratamento de falsos positivos identificados durante a análise documental. Todas as interpretações, análises e conclusões apresentadas são de autoria e responsabilidade exclusiva dos autores. Os autores declaram que não há conflitos de interesse associados a este estudo.

REFERÊNCIAS

- Associação Brasileira de Normas Técnicas. (2013). *Gestão ambiental – Contabilidade dos custos de fluxos de material – Estrutura geral* (ABNT NBR ISO 14051).
- Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo*. Edições 70.
- Barth, M., Godemann, J., Rieckmann, M., & Stoltenberg, U. (2007). Developing key competencies for sustainable development in higher education. *International Journal of Sustainability in Higher Education*, 8(4), 416–430. <https://doi.org/10.1108/14676370710823582>
- Bebbington, J., & Gray, R. (2001). An account of sustainability: failure, success, and a reconceptualization. *Critical Perspectives on Accounting*, 12(5), 557–587. <https://doi.org/10.1006/cpac.2000.0450>
- Bebbington, J., & Unerman, J. (2020). Advancing research into accounting and the UN sustainable development goals. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 33(7), 1657–1670. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-05-2020-4556>

- Bierer, A., Götze, U., Meynerts, L., & Sygulla, R. (2015). Integrating life cycle costing and life cycle assessment using extended material flow cost accounting. *Journal of Cleaner Production*, 108, 1289–1301. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2014.08.036>
- Bizerril, M., Rosa, M. J., Carvalho, T., & Pedrosa, J. (2018). Sustainability in higher education: a review of contributions from Portuguese speaking countries. *Journal of Cleaner Production*, 171, 600–612. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2017.10.048>
- Burritt, R. L., Herzig, C., Schaltegger, S., & Viere, T. (2019). Diffusion of environmental management accounting for cleaner production: evidence from some case studies. *Journal of Cleaner Production*, 224, 479–491. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2019.03.227>
- Cho, C. H., & Costa, E. (2024). Sustainability accounting education: challenges and outlook. *International Journal of Sustainability in Higher Education*, 25(7), 1412–1425. <https://doi.org/10.1108/IJSHE-02-2024-0152>
- Christ, K. L., & Burritt, R. L. (2015). Material flow cost accounting: a review and agenda for future research. *Journal of Cleaner Production*, 108, 1378–1389. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2014.09.005>
- Christ, K. L., & Burritt, R. L. (2016). ISO 14051: a new era for MFCA implementation and research. *Spanish Accounting Review*, 19(1), 1–9. <https://doi.org/10.1016/j.rcsar.2015.01.006>
- Chua, W. F. (1989). Radical developments in accounting thought. *The Accounting Review*, 61(2), 601–6632. <https://doi.org/10.2308/bria-52377>
- Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade. (2024a). *Pronunciamento técnico – Requisitos gerais para divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade* (CBPS 01). <https://www.facpcs.org.br/CBPS/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos>
- Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade. (2024b). *Pronunciamento técnico – Divulgações relacionadas ao clima* (CBPS 02). <https://www.facpcs.org.br/CBPS/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos>
- Disterheft, A., Caeiro, S., Azeiteiro, U. M., & Leal Filho, W. (2013). Sustainability science and education for sustainable development in universities: a way for transition. In S. Caeiro, W. Leal Filho, C. Jabbour, & U. M. Azeiteiro (Eds.), *Sustainability assessment tools in higher education institutions* (pp. 3–27). Springer. https://doi.org/10.1007/978-3-319-02375-5_1

CLEITON ALMEIDA DA SILVA, ÉRIKA BORGES FERREIRA

- Ekins, P., Simon, S., Deutsch, L., Folke, C., & De Groot, R. (2003). A framework for the practical application of the concepts of critical natural capital and strong sustainability. *Ecological Economics*, 44(2–3), 165–185. [https://doi.org/10.1016/S0921-8009\(02\)00272-0](https://doi.org/10.1016/S0921-8009(02)00272-0)
- Elkington, J. (1997). *Cannibals with forks: the triple bottom line of 21st century business*. Capstone Publishing Limited.
- Flower, J. (2015). The international integrated reporting council: a story of failure. *Critical Perspectives on Accounting*, 27, 1–17. <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2014.07.002>
- Global Reporting Initiative. (2022). *GRI: 25 years as the catalyst for a sustainable future*. <https://www.globalreporting.org/media/b15hggfc/gri-25-years-history.pdf>
- Hopwood, A. G. (1987). The archaeology of accounting systems. *Accounting Organizations and Society*, 12(3), 207–234. [https://doi.org/10.1016/0361-3682\(87\)90038-9](https://doi.org/10.1016/0361-3682(87)90038-9)
- Hopwood, A. G. (1989). Accounting and the pursuit of social interests. In W. F. Chua, T. Lowe, & T. Puxty (Eds.), *Critical perspectives in management control* (pp. 141–157). Palgrave Macmillan UK. https://doi.org/10.1007/978-1-349-07658-1_8
- International Federation of Accountants. (2005). *International guidance document: environmental management accounting*. <https://www.ifac.org/knowledge-gateway/professional-accountants-business-paib/publications/international-guidance-document-environmental-management-accounting>
- International Organization for Standardization. (2011). *Environmental management – Material flow cost accounting – General framework* (ISO 14051:2011).
- Iudícibus, S. de, Martins, E., & Carvalho, L. N. (2005). Contabilidade: aspectos relevantes da epopeia da sua evolução. *Revista Contabilidade e Finanças USP*, 16(38), 7–19. <https://doi.org/https://doi.org/10.1590/S1519-70772005000200002>
- Jasch, C. (2003). The use of Environmental Management Accounting (EMA) for identifying environmental costs. *Journal of Cleaner Production*, 11(6), 667–676. [https://doi.org/10.1016/S0959-6526\(02\)00107-5](https://doi.org/10.1016/S0959-6526(02)00107-5)
- Johnson, H. T., & Kaplan, R. S. (1987). The rise and fall of management accounting. *Management Accounting*, 68(7), 22–30. <https://coin.wne.uw.edu.pl/pmodzelewski/The%20rise%20and%20fall%20of%20management%20accounting.pdf>

- Kaplan, R. S. (1986). Accounting lag: the obsolescence of cost accounting systems. *California Management Review*, 28(2), 174–199. <https://doi.org/10.1177/0008125619862802001>
- Kokubu, K., Kitada, H., Nishitani, K., & Shinohara, A. (2023). How material flow cost accounting contributes to the SDGs through improving management decision-making. *Journal of Material Cycles and Waste Management*, 25, 2783–2793 <https://doi.org/10.1007/s10163-023-01696-7>
- Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. (1999). Dispõe sobre a obrigatoriedade da educação ambiental de forma integrada a todos os níveis e modalidades de ensino. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm
- Mahmoudi, E., Jodeiri, N., & Fatehifar, E. (2017). Implementation of material flow cost accounting for efficiency improvement in wastewater treatment unit of Tabriz oil refining company. *Journal of Cleaner Production*, 165, 530–536. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2017.07.137>
- Maunders, K. T., & Burritt, R. L. (1991). Accounting and ecological crisis. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 4(3). <https://doi.org/10.1108/09513579110003277>
- OpenAI. (2025). ChatGPT (Versão GPT-5) [Modelo de linguagem grande]. <https://chat.openai.com>
- Organização das Nações Unidas. (2001). *Environmental management accounting: procedures and principles*. <https://www.un.org/esa/sustdev/publications/proceduresandprinciples.pdf>
- Pigatto, G., Cinquini, L., Dumay, J., & Tenucci, A. (2023). A critical reflection on voluntary corporate non-financial and sustainability reporting and disclosure: lessons learnt from two case studies on integrated reporting. *Journal of Accounting and Organizational Change*, 19(2), 250–278. <https://doi.org/10.1108/JAOC-03-2022-0055>
- Raufflet, E. (2013). Integrating sustainability in management education. *Humanities*, 2(4), 439–448. <https://doi.org/10.3390/h2040439>
- Rieckhof, R., & Guenther, E. (2018). Integrating life cycle assessment and material flow cost accounting to account for resource productivity and economic-environmental performance. *International Journal of Life Cycle Assessment*, 23(7), 1491–1506. <https://doi.org/10.1007/s11367-018-1447-7>

CLEITON ALMEIDA DA SILVA, ÉRIKA BORGES FERREIRA

- Rocha, F. S., Furtado, P. de M. L., Gomes, M. Z., & Siqueira, J. R. (2022, 21-23 de setembro). *Pesquisa científica sobre educação para sustentabilidade: análise dos trabalhos publicados em periódicos nacionais de contabilidade*. [Apresentação de trabalho]. XLVI Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração. <https://anpad.com.br/uploads/articles/120/approved/b7f520a55897b35e6eb462bbf80915c6.pdf>
- Rocha, J. S. da, Lopes, J. B., Moita Neto, J. M., & Sousa, C. R. de C. (2024). Contabilidade de custos de fluxo de material: estudo bibliométrico. *Revista de Gestão e Secretariado*, 15(11), e4405. <https://doi.org/10.7769/gesec.v15i11.4405>
- Saunders, M. N. K., Lewis, P., & Thornhill, A. (2019). *Research methods for business students*. Pearson.
- Schaltegger, S., & Burritt, R. (2000). *Contemporary environmental accounting: issues, concepts and practice*. Routledge.
- Schaltegger, S., & Zvezdov, D. (2015). Expanding material flow cost accounting. Framework, review and potentials. *Journal of Cleaner Production*, 108, 1333–1341. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2014.08.040>
- Silva, C. A. (2024, 4 a 6 de dezembro). *Why is Material Flow Cost Accounting (MFCA) missing in mainstream accounting literature: evidence from a bibliometric review*. [Apresentação de trabalho]. XVIII Congresso da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Contabilidade (Anpcont), Universidade de São Paulo (USP), São Paulo.
- Silva, T. A., & Nilipour, A. (2024). Is the accounting curricula keeping up with sustainability development? *Accounting Education*, 34(4), 1–29. <https://doi.org/10.1080/09639284.2024.2351951>
- Stough, T., Ceulemans, K., Lambrechts, W., & Cappuyns, V. (2018). Assessing sustainability in higher education curricula: a critical reflection on validity issues. *Journal of Cleaner Production*, 172, 4456–4466. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2017.02.017>
- Tran, T. T., & Herzig, C. (2021). Improving decision-making through material flow cost accounting: the case of VietGreen bottled mineral water company. *International Food and Agribusiness Management Review*, 25(1), 37–48. <https://doi.org/10.22434/IFAMR2020.0187>
- Wenzig, J., Nuzum, A. K., & Schaltegger, S. (2023). Path dependence of accountants: why are they not involved in corporate sustainability? *Business Strategy and the Environment*, 32(6), 2662–2683. <https://doi.org/10.1002/bse.3263>